

Anistia faz ex-ministro procurar Ulysses

Após encontro, Passarinho se declarou pessimista quanto à possibilidade de acordo

O presidente em exercício Ulysses Guimarães e o senador Jarbas Passarinho, ex-ministro de governos militares e atual presidente do PDS, analisaram ontem a proposta de anistia para os militares que pode ser votada ainda nesta semana pela Constituinte. Ao deixar o gabinete do Presidente, Passarinho defendeu os ministros militares, afirmando que eles têm o direito de expor seus pontos de vista, argumentando que isso vem sendo feito por vários grupos lobistas que estão atuando dentro do Congresso Nacional. O parlamentar disse que deve ser tentado um acordo, mas que estava muito pessimista, diante das últimas declarações do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, quando expressou a sua confiança na reprovação da matéria.

Os ministros militares, como Passarinho lembrou, afirmam que já deram tudo que poderiam ter dado na anistia passada, e que agora o que se pretende é voltar outra vez a questões que vêm, desde as subco-

missões, sendo objeto de discussão e tenta-se, com isto, outra vez, a reintegração, que já foi vencida. "Chegou-se a um texto da Comissão de Sistematização que é até um texto avançado. Agora, aí sim, porque o Centrão elimina este texto da Sistematização, uma vez que derrubou o capítulo inteiro das Disposições Transitórias. Aí, talvez, haja a possibilidade de algum encontro", afirmou o senador.

O presidente do PDS disse que não fala em crise, ao defender o direito dos ministros militares, quando emitem pontos de vista quanto à "conveniência ou inconveniência de uma decisão que a Constituinte vá tomar. Isto, me parece legítimo dizer previamente, não é conveniente", afirmou o senador, para lamentar o forte lobismo desenvolvido por grupos dentro do Congresso Nacional.

— O lobismo foi tão grande e está sendo, que peço a Deus que acabe logo a Constituinte. Não dá mais para suportar. A gente não vai ao banheiro sem que o

sujeito empurre um papel no bolso ou então uma conversa, e pegue pelo braço para contar uma estória em relação à sua classe, sua categoria. E terrível — afirmou o senador, para comentar que se a Constituição não for promulgada urgentemente, dentro de pouco tempo o lobista vai fazer lobby dentro de seu banheiro.

Passarinho disse que foi ao Palácio do Planalto conversar com Ulysses sobre as eleições municipais de 15 de novembro, que no seu entender devem ser realizadas. Ele disse que é contra o mandato-tampão, com possibilidade de reeleição do prefeito eleito em novembro, porque no Brasil o administrador ainda coloca a máquina administrativa a seu serviço, estando no poder. Mas ele reconhece que a tese do mandato-tampão pode sair vitoriosa, argumentando que existe a necessidade de realizar eleições simultâneas para presidente da República e para prefeito, porque em 86 foi muito difícil fazer eleição sem a participação municipal.

JULIO ALCANTARA



No primeiro dia de Planalto, Ulysses mostrou-se muito bem disposto, mas também preocupado

Governo acha que texto não muda

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

Dois pontos vêm servindo de base ao Governo para apostar que o texto da anistia aprovado na emenda do Centrão pelo plenário da Constituinte será mantido, sem emendas: é que ele foi objeto de acordo partidário, tanto assim que era praticamente idêntico ao que constava no texto da Sistematização; depois, porque confia no bom senso das lideranças políticas, no sentido de que a ampliação concedida está nos limites do suportável. Não bastasse isto, qualquer alteração dependeria de 280 votos, o que considera difícil de ser conquistado pelas oposições.

Ontem, o presidente da Constituinte — e interino da República — Ulysses Guimarães, sugeriu ao líder do PDS, senador Jarbas Passarinho, a quem recebeu em audiência, que aproveitem esta semana para buscar um acordo capaz de permitir a votação do artigo da anistia em plenário na próxima semana. Mas Passarinho está certo de que isso será impossível e a decisão ocorrerá no voto. A anistia é o artigo 5º das Disposições Transitó-

rias — portanto, o próximo a entrar em apreciação.

O líder do Governo, senador Saldanha Derzi, considerou uma insânia as "emendas malucas que pretendem, na verdade, fazer uma contrarrevolução por via constitucional", ou seja, as destinadas a adotar a reintegração dos anistiados e o pagamento dos atrasados. "Ora", comentou o senador, "como podemos deixar que um sujeito, que na época da punição era aspirante, volte, agora, sem cursos e preparo específico, como oficial general? E por que pagar se não trabalharam?"

O líder do PDS, senador Jarbas Passarinho, revelou que as áreas militares não aceitam concessões maiores do que as já previstas. Ele acha também que é a quarta vez que setores políticos insistem na ampliação, com a reintegração e o pagamento dos atrasados, pois isso vem desde as subcomissões da Constituinte. Mas não acredita em acordo partidário para a votação, apesar das emendas de fusão que vêm sendo providenciadas pelos defensores da ampliação da anistia, nem concorda

com ela.

Os militares acham que já se fez o máximo, comentou Passarinho, e o que desejam agora é entrar em aspectos administrativos de cada Força. Já o líder do PDT, Brandão Monteiro, disse que procurou ontem o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, para tentar uma reunião de encaminhamento do acordo da anistia, principalmente no que diz respeito aos marinheiros. Ele também considerou um "arroubo corporativista" as declarações do ministro Leônidas Pires Gonçalves, que disse que não cumpriria uma decisão da Constituinte ampliando a anistia.

O líder Saldanha Derzi adiantou que o Governo, através de suas lideranças, vem acompanhando a movimentação dos defensores da ampliação da anistia, mas não pretende fazer concessões. Estamos atentos, disse, mas confiamos na serenidade e no espírito público dos constituintes. Ele defende a manutenção do texto do Centrão, já aprovado e que exige 280 votos para qualquer modificação, posição que é também a do líder na Câmara, Carlos Sant'Anna.